

INTERVENÇÕES NAS LÍNGUAS: REFLEXÕES EM TORNO DE POLÍTICA E DE IDENTIDADE

Cristine Gorski Severo*

RESUMO: Trata-se de abordar a possibilidade de atuação, em níveis tanto macro como micro, sobre a língua. O nível macro diz respeito às intervenções políticas (governamentais) sobre a linguagem; ilustra-se essa perspectiva com o caso das políticas linguísticas antes e depois da Revolução russa e da situação atual da educação bilíngüe indígena no Brasil. O nível micro concerne à relação que os sujeitos estabelecem, intencionalmente, com o seu objeto discursivo; tal relação será evidenciada nas noções bakhtinianas de estilo e de expressividade. Com essas abordagens, tenciona-se colocar em xeque a visão linguística tradicional que: (a) estabelece a existência da língua como uma entidade abstrata e autônoma; (b) exclui a possibilidade de intervenção na língua e de relação intencional dos falantes com a língua.

Palavras-chave: intervenção; política linguística; estilo; identidade.

ABSTRACT: This article focuses on the possibilities of action upon language in both macro and micro levels. The first level is related to political intervention on language; such perspective is exemplified by the Russian language policy, before the revolution, and by the bilingual education for indigenous people in Brazil. The micro level is concerned to the conscious relations established by the subjects with their discursive object; such relations will be discussed by considering Bakhtin's notions of style and expressivity. By using these approaches, we aim to question the traditional linguistic view that: (a) considers the existence of language as an abstract and autonomous entity; (b) excludes the possibilities of intervention on language and of subjects' intentional relation to language.

Keywords: intervention; linguistic policy; style; identity.

INTRODUÇÃO

Este artigo, de caráter teórico-crítico, propõe uma reflexão acerca das possibilidades de intervenção nas línguas, seja em um âmbito geral, definido como ação política do Estado sobre as línguas, seja em um nível local, definido a partir das relações (de valor) dos sujeitos com a língua. Parte-se do princípio de que as línguas não existem como entes abstratos e externos aos sujeitos, cujo processo de desenvolvimento e de mudanças seguiria um curso natural e previsível em sua própria estrutura, sendo os falantes tidos como inconscientes e passivos em relação à dinâmica da língua. Diferentemente, defende-se que línguas, sujeitos e realidade (social, política,

* Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: crisgorski@gmail.com.

cultural) se constituem mutuamente, e esse processo de constituição se dá, em grande medida, a partir de atuações/intervenções intencionais – de políticas governamentais ou de sujeitos locais – no funcionamento das línguas.

Para atender ao objetivo ora proposto, (a) apresenta-se e discute-se algumas concepções lingüísticas nas quais os sujeitos seriam vistos como submissos e inconscientes ao funcionamento da língua; (b) problematiza-se o item anterior a partir de noções de políticas lingüísticas e de estilo; (c) conclui-se com a defesa de uma concepção de sujeito que rompe com uma certa visão tradicional de submissão, inconsciência e, portanto, de passividade em relação à dinâmica da língua.

1 LÍNGUAS COMO SISTEMAS AUTÔNOMOS

A visão clássica de língua como sistema autônomo de signos, cujo funcionamento independe da relação (identitária e política) que os falantes estabelecem com a língua tem como forte expoente a abordagem tradicional de Saussure.

Sucintamente, Saussure concebe a linguagem como o somatório de duas partes: *langue* e *parole*. A última se caracteriza por ser individual, heterogênea, psicofisiológica e física, e por ser a realização concreta da *langue*. Em razão disso, Saussure não a considera relevante na elaboração de sua teoria. Para ele, o objeto da Lingüística é a *langue*, concebida como um sistema de signos que se caracterizam por uma série de aspectos dicotômicos, dentre os quais o caráter de (i) mutabilidade do signo lingüístico.

Os *signos*, fatos centrais da linguagem, são formados por significante (imagem acústica) e significado (conceito), elementos que “estão intimamente unidos e um reclama o outro”, caracterizando uma “entidade psíquica de duas faces” (SAUSSURE, 2000, p. 80). Esse “tesouro” – o sistema de signos – depositado na realidade psíquica de toda a massa falante de uma comunidade se caracteriza por ser homogêneo e social. Enquanto homogêneo, não possibilita um olhar sobre aspectos individuais, heterogêneos ou variantes da língua; enquanto social, permite considerar outros aspectos importantes na teoria de Saussure: a mutabilidade e a imutabilidade lingüística e a relação entre mudança lingüística e sujeito. Na exposição sobre imutabilidade e mutabilidade do signo, Saussure elenca quatro motivos pelos quais a mudança não ocorre:

(i) Devido à arbitrariedade¹ do signo – de não haver uma relação natural entre significante e significado –, os indivíduos não possuem uma razão para preferir uma forma lingüística a outra, dado que a discussão sobre por que determinado significado se liga a determinado significante não se coloca, mesmo que houvesse a possibili-

¹ Lopes da Silva (2001) aponta para uma interpretação não tradicional da arbitrariedade do signo lingüístico: essa noção estaria vinculada a certa postura epistemológica de Saussure, que é a da exclusão do tema da origem da linguagem. A arbitrariedade trataria “daquilo cuja origem e, portanto, sua trajetória diacrônica só podem ser miticamente contadas” (p. 299). Ademais, segundo Culler (1979), diferente da leitura clássica dos trabalhos de Saussure, o ponto de onde as dicotomias saussurianas (sincronia e diacronia, por exemplo) surgem se localiza na noção de signo, mais especificamente, de arbitrariedade do signo; com isso, a distinção entre *langue* e *parole* não seria um ponto de partida para o estudo dos signos, mas seu resultado.

dade para tal; assim, a questão da mudança não é posta. O autor admite, contudo, que é a própria arbitrariedade da língua que torna possível a sua variabilidade, uma vez que os signos lingüísticos não possuem uma motivação natural para serem o que são.

(ii) A enorme quantidade de signos dificulta a mudança para um outro sistema.

(iii) A língua, por ser tida como um sistema complexo e atravessado por regras e leis (internas) de funcionamento, é capaz de ser atingida apenas através da reflexão, sendo que os indivíduos (não especialistas) ignoram o sistema da língua. Não obstante, a intervenção de especialistas poderia promover mudanças, apesar de Saussure não ter evidenciado nenhum êxito em relação a isso: “Não se poderia conceber uma transformação [na língua] que tal sem a intervenção de especialistas, gramáticos, lógicos etc.; a experiência, porém mostra que até agora as intervenções nesse sentido não tiveram nenhum êxito” (p. 88).

(iv) A língua, tida como uma instituição social que pertence a todos, não oferece “motivos” para revoluções, ou seja, mudanças; a língua é do âmbito da massa social, que tende a ser inerte à inovação. Nas palavras de Saussure: “[...] os fatos lingüísticos não provocam a crítica, no sentido de que cada povo geralmente está satisfeito com a língua que recebeu” (p. 87).

Assim, o caráter de imutabilidade do signo justifica-se pelos aspectos coletivo e temporal, visto que “a todo instante, a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolha” e “justamente porque o signo é arbitrário não conhece outra lei senão a da tradição” (p. 88). Entretanto, paradoxalmente, é possível também falar em mutabilidade da língua a partir dos mesmos elementos que a caracterizam como imutável, que são o tempo e a massa falante. O signo pode sofrer mudanças justamente porque, no decorrer do tempo, está sujeito a pressões de forças sociais. Essas mudanças se caracterizam por um “deslocamento da relação entre significado e significante” (p. 89), mostrando que a língua evolui, sob a “influência de todos os agentes que possam atingir, quer os sons, quer os significados” (p. 91)

O papel do sujeito na sua relação com a língua pode ser comparado, conforme Saussure, ao jogador de xadrez: o funcionamento do jogo, com suas leis e regras e cujas peças têm seu valor em relação às demais, assemelha-se ao funcionamento da língua; contudo, o jogador – o indivíduo –, apesar de atuante no jogo, não desempenharia papel algum no processo da língua. Dessa maneira, “para que a partida de xadrez se parecesse em tudo com a língua, seria mister imaginar um jogador inconsciente ou falto de inteligência” (p. 105).

Sobre as mudanças, o seu “germe” não se encontra na língua (*langue*), mas na fala (*parole*), o que equivale a dizer que “cada modificação é lançada, a princípio, por certo número de indivíduos, antes de entrar em uso” (p. 115). Assim, uma determinada forma – fato de fala –, ao ser freqüentemente repetida e aceita pela comunidade, se torna um fato de língua. Primeiramente, uma modificação ocorre na fala dos indivíduos e apenas após um uso constante ela se torna uma modificação na língua.

Decorre daí que o indivíduo saussuriano possui características duplas: por um lado ele é totalmente apagado no que diz respeito ao funcionamento da língua – ela existe independente dos indivíduos; por outro lado, cabe ao(s) indivíduo(s) lançar o

germe de modificações que, em última instância, atingiriam a língua. Resgatando a metáfora do jogo de xadrez, pode-se questionar: como poderia um jogador efetuar alterações no jogo que realiza, sem ter consciência dele? Talvez fosse pertinente admitir que os indivíduos possuem certa consciência da língua, especialmente porque, ao se relacionar modificação na língua com indivíduos, nota-se que estes operam algum tipo de intervenção sobre o sistema. Tratar-se-ia, nesse caso, de um indivíduo semi-consciente, talvez.

Fica claro na abordagem de Saussure que o indivíduo ocupa um lugar secundário no fenômeno da linguagem, uma vez que a ele cabe a fala, cujo estudo não seria objeto dos lingüistas. A língua, por sua vez, esta sim objeto de estudo da Lingüística, possui uma natureza ao mesmo tempo psíquica e social. Psíquica, porque na mente dos falantes de maneira virtual; e social, porque um sistema compartilhado por todos os falantes de uma dada comunidade. Nesse sentido, social diz mais respeito à massa dos falantes – o que remete à idéia de homogeneização da língua – do que aos aspectos sociais aos quais o uso da língua estaria vinculado – o que tem a ver com heterogeneização da língua. A língua é social simplesmente porque é compartilhada, de forma passiva e pacífica, pelos membros de uma comunidade homogênea: com isso, há um apagamento das diferenças, intervenções, conflitos e tensões que são constitutivos da dinâmica social e do funcionamento da língua. Um apagamento político, por certo.

Essa visão homogeneizante da língua como “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (SAUSSURE, 2000, p. 22) remete à idéia de *fato social*, da sociologia clássica de Durkheim (1973). Para este, o fato social se baseia em dois aspectos essenciais: a sua exterioridade em relação à consciência individual e a força (coercitiva) que pode exercer sobre a consciência dos indivíduos. Na fala do autor, os fatos sociais diferenciam-se dos fenômenos psíquicos uma vez que aqueles “consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem” (p. 390). Tais fatos são transmitidos por gerações e se refletem nos indivíduos, não por naturalmente pertencerem a eles, mas por serem a eles impostos.

Os fatos sociais, para serem observados, uma vez que são objeto de estudo da sociologia, devem ser considerados como coisas, ou seja, eles são dados à observação do cientista: “o que nos é dado não é a idéia que os homens têm do valor, visto que ela é inacessível; são os valores que se tocam realmente no decurso das relações econômicas” (DURKHEIM, 1973, p. 402). Trata-se, para o cientista, de considerar os fenômenos sociais em si mesmos, sem uma relação com as concepções, crenças e ações individuais. Essa postura científica – que será problematizada a seguir – foi absorvida por grande parte das metodologias monológicas existentes nos estudos lingüísticos, especialmente aquelas inspiradas pelo *Curso de Lingüística Geral*.

2 INTERVENÇÕES SOBRE A LÍNGUA: POLÍTICA E IDENTIDADE

Sobre a perspectiva saussuriana da linguagem, acredita-se que o seu ponto mais frágil é que, ao se considerar os indivíduos como “faltos de consciência” sobre o funcionamento da linguagem, algumas “crenças” adotadas por pesquisadores da língua são reafirmadas: (i) os leigos, como os indivíduos de Saussure, não sabem nada sobre a língua; (ii) e porque não sabem nada sobre a língua, os leigos também não têm o que dizer sobre ela; (iii) cabe ao especialista, o lingüista, o papel de ensinar ao leigo sobre o funcionamento da linguagem. Nesse sentido, não seria nenhum exagero a descrição de Rajagopalan (2004, p. 199) sobre o lugar concedido ao leigo, “na situação do pobre coitado pendurado de cabeça para baixo e, de quebra, amordaçado. Ou seja, ele nem sequer está em condições de responder em qualquer língua, inclusive na sua própria língua materna. E quem decide o seu futuro é o autoproclamado salvador”. Em face disso, não há como negar a vinculação existente entre a opção teórica do pesquisador e a sua atitude política frente à realidade social e aos indivíduos falantes.

Dois caminhos possíveis de reflexão em torno da intervenção sobre a linguagem são apresentados a seguir: a viabilidade das políticas lingüísticas e a questão do estilo e da expressividade dos sujeitos em relação à língua.

2.1 INTERVENÇÕES POLÍTICAS

A crença saussuriana de que a intervenção sobre a língua (em um nível local ou mais amplo – governamental, por exemplo) seja um ato difícil ou pouco provável pode ser rechaçada pela possibilidade de formulação de políticas públicas em torno da linguagem e, por tabela, pelas teorias lingüísticas produzidas a partir dessa prática. Para ilustrar esse tipo de intervenção, recorro a dois casos de ação estatal sobre as línguas: (i) a Rússia da virada do século XIX para o XX e as teorias de Jakubinski, e (ii) a situação da política educacional indígena no Brasil.

2.1.1 O caso soviético

A questão das políticas lingüísticas e das nacionalidades foi central no Império russo mesmo antes da Revolução (1917): no final do século XIX a opinião da maior parte dos administradores e intelectuais russos era a favor de uma política de desenvolvimento de línguas e educação nacionais como forma de melhor promover a cultura russa nas línguas não-russas. Segundo um censo realizado em 1897, a habilidade de leitura em maior parte das línguas do Império era compartilhada por poucas pessoas, sendo que o número de alfabetizados aumentou com os trabalhos de promoção da língua russa, por um lado, e com o investimento no desenvolvimento de outras línguas, por outro (REZNICK, 2001).

Ainda antes da revolução, a divulgação da questão lingüística na Rússia foi influenciada pela vida pública ativa de várias organizações políticas e culturais não-russas em suas próprias regiões. Tal atividade incluía reivindicações de direitos cultu-

rais e lingüísticos, sendo que tais reivindicações foram reconhecidas por representantes de diferentes partidos políticos. Conforme Kreindler, nas palavras de Reznick (2001, p. 10): “O interesse público no desenvolvimento das minorias étnicas foi tão forte e vivo que no Congresso de Professores, em 1914, a seção destinada à educação não russa atraiu mais de 3000 participantes, apesar de o número de delegados não russos ser menor do que 100”².

Essa demanda social por uma política lingüística direcionou os estudos na área da linguagem no final do século XIX e início do século XX na Rússia: a lingüística histórico-comparativa não dava conta de oferecer uma perspectiva de funcionamento da linguagem que resolvesse os problemas culturais e lingüísticos que estavam ocorrendo. Diferentemente dessa perspectiva, os lingüistas estavam interessados em uma abordagem que lhes permitisse lidar com as línguas faladas de minorias étnicas e lingüísticas, sendo as línguas entendidas como um fenômeno social, inseparável da comunidade e da vida social dos indivíduos.

Com a Revolução russa (1917), que trouxe grandes movimentações políticas, sociais e culturais, uma nova política lingüística foi declarada pelo partido dos Bolcheviques – baseada nos princípios de Lênin –, pela qual a igualdade entre todas as nacionalidades (russos e não-russos) e suas línguas seria promovida. Segundo essa política (oficializada em Março de 1921)³: (i) o Estado Soviético não teria uma língua oficial; (ii) todos teriam direito a falar sua língua materna em contextos privados ou públicos e (iii) todos teriam direito à educação e cultura em suas própria línguas. Contudo, a implementação dessa política, novamente, encontrou dificuldades práticas: “Para organizar e conduzir a administração, o comércio, a educação e a imprensa locais em línguas não-russas, seria necessário, primeiramente, inventar formas de escrita para a maior parte daquelas línguas, que não tinham nenhuma tradição de escrita” (REZNICK, 2001, p. 12).

Com isso, coube aos lingüistas promover a erradicação do analfabetismo, a criação de alfabetos para as línguas sem sistema de escrita, o estabelecimento de línguas padrão e o desenvolvimento de instrução, administração e publicação nessas línguas. Dentre esses lingüistas-planejadores estava Iakubinskii que, apesar de não participar do trabalho prático de planejamento e execução da política lingüística, contribuiu grandemente para o desenvolvimento da lingüística soviética, especialmente com seu artigo polêmico, intitulado “F. de Saussure sobre a impossibilidade da Política Lingüística” (BRANDIST, 2006). Nesse texto, Iakubinskii confronta as seguintes noções da abordagem saussuriana (LÄHTEENMÄKI, 2005; REZNICK, 2001):

² As traduções são de minha responsabilidade.

³ Destaca-se que a política de valorização das línguas e nacionalidades das minorias durou até final dos anos 1930, quando a promoção da língua russa como língua principal passou a ser enfatizada, fazendo com que as escolas tornassem obrigatório o ensino do russo e opcional o das demais línguas locais. Os motivos para essa mudança na política lingüística podem ter sido, segundo afirma Hemmer (s/d): a proclamação da Constituição de Stalin (1936) e o período de guerras na Europa, que foi marcado fortemente pelo nacionalismo.

(i) o caráter simultâneo de imutabilidade e mutabilidade do signo – o teórico russo argumenta que se a língua fosse, como afirma Saussure, inatingível pelo indivíduo ou pela comunidade, nenhuma política lingüística (atuação consciente sobre a língua) seria possível;

(ii) a natureza arbitrária do signo – o lingüista soviético defende que as relações entre os signos ocorrem não apenas dentro do sistema lingüístico, mas na sociedade, em uso pelos falantes; o signo lingüístico estaria diretamente vinculado ao desenvolvimento da sociedade;

(iii) a imensa complexidade do sistema, que é ignorada pela massa de falantes – Iakubinskii acredita que, apesar de os falantes não pensarem sobre a língua como um todo, eles possuem consciência dela, em suas vidas práticas; falantes que variam em suas pronúncias, gramáticas ou vocabulários possuem consciência do que escutam, o que faz com que esses indivíduos possam refletir sobre sua própria língua e, até mesmo, mudá-la;

(iv) inércia coletiva em relação à inovação – o teórico russo defende que a sociedade não pode ser vista como uma massa homogênea, uma vez que ela é dividida em classes que são tanto inertes como ativas.

Reznick (2001) sugere que o artigo de Iakubinskii, ao abordar os princípios da lingüística soviética, postulou, também, os princípios de um novo campo de estudo da linguagem: a sociolingüística (inclusive a vertente americana dos anos 1960), sendo a linguagem vista como uma realidade material, variável em sua estrutura e em relação constante com a sociedade e os falantes.

Tais idéias influenciaram grandemente as teorias de Bakhtin e de Voloshinov, especialmente quanto aos seguintes aspectos (BRANDIST, 2006; LÄHTEENMÄKİ 2005; 2006):

(i) a língua possui duas funções interdependentes: forma e ideologia; no desenvolvimento das línguas essas duas funções podem estar em contradição, a qual é determinada pela realidade socioeconômica;

(ii) a língua expressa uma luta entre forças centralizadoras e descentralizadoras; tal luta determina o vetor histórico das línguas e caracteriza a estratificação da língua em linguagens sócio-ideológicas. Esse confronto espelha a relação dialética existente entre a forma de comunicação e o conteúdo ideológico;

(iii) os gêneros do discurso estão vinculados a modos sociais de interação verbal constituídos historicamente. Enquanto para Iakubinskii essa noção foi desenvolvida à luz das relações discursivas presentes no capitalismo russo, para Bakhtin os gêneros discursivos foram trabalhados, inicialmente, na ótica da história literária (o romance);

(iv) a pluralidade discursiva – estratificação social da língua – aparece nos gêneros paródicos (o romance é o gênero paródico por excelência) e existe em decorrência da natureza contraditória e tensa da realidade social. Essa idéia, para Bakhtin, é apresentada a partir dos estudos da literatura na Idade Média e, para Iakubinskii, é desenvolvida tendo como escopo as relações capitalistas na Rússia agrária;

(v) ocorre uma tomada de consciência, pelos trabalhadores, da estratificação social da língua (discurso) devido à democratização dos gêneros discursivos operada

pelo líder político (o proletariado). Essa democratização lingüística é localizada, por Iakubinski, na Revolução de 1917 e por Bakhtin, no Renascimento.

Note-se que as intervenções estatais sobre a língua antes e depois da Revolução russa foram – em momentos e com propósitos diferentes – motivadas tanto por programas governamentais de apoio à pluralidade cultural e lingüística, quanto pela necessidade de imposição de uma língua oficial, com o intuito de gerenciamento (político) de informações e das populações. Tal intervenção também inspirou a atuação de lingüistas na esfera pública, além da produção de conhecimentos oriundos dessa prática. Tal conhecimento ainda é base de teorias, metodologias e práticas acadêmicas (lingüísticas) aplicadas aos fenômenos lingüísticos vistos sob um viés social, direcionando outros tipos de intervenção sobre a língua – as de cunho e finalidade “científicos”.

2.1.2 A educação indígena brasileira

A questão da educação indígena pode ser vista como uma política pública que atenta para as especificidades da população indígena, dentre elas a questão lingüística. Desde 1991, o MEC tem a responsabilidade de formular e gerir políticas de educação escolar indígena, sendo a FUNAI o seu braço direito (MINDLIN, 2004). Foi a partir dessa década que uma reformulação na concepção de educação indígena passou a ser motivada pela reafirmação dos direitos (culturais, lingüísticos, sociais) das variadas comunidades indígenas brasileiras, e pelo compromisso governamental com a universalização da educação. Considerando que o Estado não visa formular programas gerais para todas as etnias indígenas, mas sim apoiar formulações locais, a escola passou a ter, na medida do possível, um papel de “instrumento dos povos indígenas na formulação de suas estratégias de sobrevivência e de luta política” (OLIVEIRA, 2008, p. 5). Com isso, cada povo indígena passou a ter a possibilidade de decidir tanto o destino de sua língua e a maneira de administrá-lo, quanto a autonomia para estabelecer o seu tipo de relação com o português como língua estrangeira.

Na esfera político-legal, foi aprovada em 1999 a resolução número 03 do Conselho Nacional de Educação, que versa sobre a educação bilingüe indígena, defendendo, entre outros aspectos, o ensino ministrado em línguas indígenas (OLIVEIRA, 2008). Mais especificamente, a Lei 2.787 de 27/12/2003, sobre a educação no estado do Mato Grosso do Sul, dispõe como elemento básico da formação da escola indígena, no artigo 89, o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas. Outros estados também têm formulado leis locais em consonância com o movimento nacional de defesa de uma educação plurilingüe e intercultural. Tal intervenção governamental através de leis aponta para ações efetivas e pontuais nas esferas educacionais, culturais e lingüísticas.

Note-se que essa abertura e valorização das especificidades indígenas levam a uma demanda por profissionais bilingües (especialmente indígenas) que possam atuar no diálogo entre culturas. Exemplificando, a educação bilingüe na Escola Mu-

nicipal Indígena Caciique Armando Gabriel (Sidrolândia/MS) tem um corpo docente de doze professores indígenas e uma não indígena, casada com um professor índio, e um corpo administrativo composto apenas por indígenas. A língua Terena é ensinada em todas as séries; além disso, há professores desenvolvendo material didático da língua Terena, composto por três volumes: a estrutura da língua, a gramática e uma coletânea de textos visando ao estudo do idioma materno (BROSTOLIN, 2003).

Ressalte-se, porém, que a política lingüístico-educacional voltada para as comunidades indígenas brasileiras não é um processo tranqüilo e facilmente implementado. Mattos e Silva (2004) levanta dois pontos importantes sobre essa política:

(i) A luta pela preservação das línguas indígenas em seus territórios originais implica tanto um trabalho de conhecimento e registro daquelas línguas, quanto um processo de ensino efetivamente bilingüe. Segundo a autora, os investimentos de pesquisa na área são poucos e muitos profissionais que têm atuado na educação indígena não possuem um conhecimento total da língua indígena.

(ii) A transmissão da língua portuguesa, na medida de solicitação das comunidades indígenas, esbarra na fragilidade do processo de ensino do português, que geralmente prioriza uma variedade do português – o padrão –, desconsiderando a diversidade do português; com isso, acaba-se ensinando aos índios a maneira como certo grupo social branco fala e se desprezam as situações de contato lingüístico (as interferências naturais de uma língua na aquisição de outra).

Observe-se que as políticas públicas em torno das comunidades indígenas não significam que, na prática, as situações complexas e contraditórias de relação dos indígenas, por exemplo, com a sua língua materna e com o português sejam resolvidas. Nem, tampouco, que haja profissionais bilingües indígenas suficientes para atuarem nas escolas das aldeias ou que os direitos e valores indígenas sejam legitimados nas esferas fora de suas comunidades. Contudo, programas governamentais de ação nessas comunidades em torno da educação bilingüe (e da língua) mobilizam uma série de outras atuações, como: a criação de escolas e de cursos de graduação para Licenciatura indígena, o treinamento de profissionais para atuarem nessa área, a promoção de cursos nas línguas indígenas, e o fortalecimento de linhas de pesquisa em torno da temática das línguas indígenas e do ensino do português como segunda língua, entre outros.

2.2 IDENTIDADE E LÍNGUA: A QUESTÃO DO ESTILO⁴

Uma outra possibilidade de intervenção sobre a língua, defendida neste artigo, está na relação (de valor) que os sujeitos estabelecem com a linguagem, o que tem a ver com o processo (contínuo) de constituição de suas identidades. Tal relação pode ser evidenciada pelas noções bakhtinianas de “estilo” e de “expressividade”. Note-se que não se trata da criação de novos esquemas lingüísticos ou de novas formas de intera-

⁴ Esta seção retoma parte da discussão feita em Severo (2007).

ção sócio-verbal (gêneros discursivos), dado que as intenções dos sujeitos “terão um caráter criativo apenas quando houver nelas alguma coisa que coincida com tendências na comunicação sócio-verbal dos falantes em processo de formação, de evolução; e essas tendências dependem de fatores sócio-econômicos” (BAKHTIV/ VOLOSHINOV, 1988, p. 176). É enquanto inscritos em posições de sujeitos vinculadas a práticas sociais historicamente constituídas que as identidades são formadas; e esse processo passa pela relação de valor que os indivíduos estabelecem com seu objeto discursivo.

O uso da língua se realiza através dos enunciados, que são formados pelo conteúdo (conceito), pelo estilo verbal (os recursos lingüísticos utilizados), pela construção composicional (o conjunto do discurso, as formas de acabamento), pela alternância dos sujeitos e pela situação extraverbal (VOLOSHINOV, 1981).

Em termos de estilo, mais especificamente, o enunciado é determinado pela relação do locutor e dos outros participantes da comunicação verbal com o objeto de sentido. Tal relação implica a atitude emotivo-valorativa do locutor (vinculada ao valor social) ante a realidade concreta, o objeto de discurso, os outros participantes da comunicação discursiva e os enunciados já ditos e a serem ditos. Trata-se da *expressividade do locutor*, que confere ao enunciado um estilo individual, pois uma vez que certa construção é utilizada por um falante – com certa intenção, em dada situação, que seleciona determinado gênero e que possui certo entendimento sobre seu destinatário (antecipando, inclusive, a sua compreensão responsiva) –, ela fica impregnada de expressividade. O sentido e a expressividade não existem na língua como sistema abstrato de signos, e sim no seu uso em contextos reais de comunicação social, de acordo com os gêneros. Segundo Bakhtin, “apenas o contato entre a significação lingüística e a realidade concreta, apenas o contato entre a língua e a realidade – que se dá no enunciado – provoca o lampejo da expressividade” ([1952-53]1997, p. 311) ou, em outros termos, “apenas os elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na estrutura da enunciação se apresentam destituídos de qualquer valor apreciativo”⁵ (BAKHTIN/ VOLOSHINOV, 1988, p. 135).

Com isso, a expressividade da língua é conferida, por um lado, pela realidade concreta (os gêneros possuem sua expressividade típica) – que envolve a situação de comunicação real – e, por outro, pela intenção discursiva do locutor. Cada época, meio social, obra e micro-mundo possui seus enunciados, que circulam e que são compartilhados pelas pessoas; tais enunciados são assimilados pelos indivíduos, o que faz com que cada indivíduo seja atravessado por enunciados do outro. Em outros termos, os indivíduos se apropriam das palavras dos outros (com significado e expressividade) e não das palavras da língua. Ademais, o aspecto criativo atrelado às mudanças de significação se deve à apreciação valorativa: “a mudança de significação é

⁵ Bakhtin/Voloshinov [1929] aponta que, em decorrência do objeto da Lingüística ser o sistema abstrato de signos, houve uma separação entre os aspectos apreciativo e significativo, sendo o primeiro considerado um elemento periférico da significação e que diz respeito à relação individual entre o locutor e o seu objeto de discurso.

sempre, no final das contas, uma *reavaliação*: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN/VOLOSHINOV 1988, p. 135; grifo do autor).

A *entonação expressiva*, muito comum na comunicação verbal, é uma das formas de expressão da relação valorativa do locutor com o seu objeto. Juntamente com a seleção das palavras e a forma de disposição delas em um enunciado, a entonação opera como forma organizadora do enunciado e pode ser definida como o timbre expressivo da palavra ou a expressão fonética da avaliação social, sendo grandemente determinada pela situação e pelo auditório (VOLOSHINOV, 1981, p. 304). Sobre o caráter pessoal da expressividade, Bakhtin/Voloshinov (1988, p. 134) afirma: “quando exprimimos os nossos sentimentos, damos muitas vezes a uma palavra que veio à mente por acaso uma entonação expressiva e profunda [...] Quase todas as pessoas têm as suas interjeições e locuções favoritas [...]”. Ademais, é na entonação, por ela residir na fronteira entre o verbal e o não-verbal e o dito e não-dito, que a palavra faz contato com a vida e que o locutor entra em contato com os ouvintes; nesse sentido, a entonação é, necessariamente, social (VOLOSHINOV 1981, p. 194).

Os enunciados – diferentemente da língua tida como um sistema abstrato de signos – se caracterizam pela singularidade. Assim como o sujeito, cada enunciado é único, singular e individual. Entretanto, tal singularidade não significa que os enunciados (ou as consciências) não estejam marcados por enunciados alheios; o que ocorre é que na medida em que os enunciados são usados por um dado indivíduo – com certa intenção discursiva e um horizonte ideológico, em certa situação social e com a presença de um destinatário –, eles ficam marcados pela *expressividade* daquele indivíduo. Ressalta-se, então, que o traço de singularidade do enunciado não pode ser tomado como se o indivíduo fosse a fonte primeira do sentido.

Ainda no plano comparativo da singularidade, talvez se possa estabelecer a seguinte relação: assim como a singularidade do enunciado se define, principalmente, pelos seus aspectos expressivos, de forma semelhante, a singularidade dos sujeitos pauta-se na relação de valor que eles estabelecem com seus objetos de discurso (expressividade). Alguns exemplos que evidenciam a expressividade são “a insistência sobre certos pontos, a reiteração, a escolha de expressões mais contundentes (ou, pelo contrário, menos contundentes), o tom provocante (ou, pelo contrário, conciliatório), etc.” (BAKHTIN, [1952-53] 1997, p. 317). Reitera-se, contudo, que os traços de individualidade e de elaboração estilística são apenas possíveis se considerarmos a inter-relação de um dado discurso com discursos alheios sobre o mesmo objeto. E é devido à linguagem estar povoada por discursos de outros que “dominá-la, submetê-la às próprias intenções e acentos é um processo difícil e complexo” (BAKHTIN, [1934-35] 1998, p. 100), porém possível: Bakhtin descreve a função árdua do poeta que é desembaraçar as palavras das intenções e expressividade do outro.

CONCLUSÃO

Neste artigo, pretendeu-se colocar em evidência a possibilidade de intervenção sobre a linguagem, seja em um nível macro – de atuação político-governamental-legal sobre a língua –, seja em um nível local – de atuação dos sujeitos sobre o seu objeto discursivo, desencadeada pela relação valorativa que estabelecem com ele. Com isso, coloca-se em xeque certa visão tradicional de língua, que, ao considerá-la como uma abstração existente fora e independente dos sujeitos, inviabilizaria qualquer atuação (intencional) sobre ela.

Sucintamente, as políticas em torno da língua demonstram a possibilidade de intervenção governamental sobre o funcionamento da língua, seja através de legislações que tentem regular o ensino de línguas minoritárias e da promoção de escolas bilíngües, seja pela promoção de uma língua como a oficial de um Estado ou pela proibição de circulação de certas línguas. Mesmo que esse dispositivo de atuação formal-legalista não signifique, diretamente, que as práticas sociais em torno da língua modifiquem, ele aponta para possíveis mudanças, mesmo que elas sejam motivadas pelo poder unidirecional do Estado, dado que incentivam, por exemplo, a criação de escolas bilíngües e o treinamento de profissionais bilíngües capazes de atuar nesses contextos complexos.

Quanto ao estilo, este se vincula ao tema do enunciado, à sua composição (pelas escolhas gramaticais), ao tipo de relação do falante com os interlocutores, à relação de valor que o sujeito estabelece com o enunciado e à relação que o enunciado produzido possui com outros enunciados. Ressalta-se que a noção de estilo, na filosofia de Bakhtin, coloca em relevo a relação entre o individual e o social: os sujeitos são socialmente constituídos, porém, é devido à heterogeneidade e ao plurilingüismo lingüístico (estratificação da língua) que os sujeitos são únicos e singulares ao fazerem suas escolhas, a partir de seus horizontes apreciativos, que são construídos na interação social. E tal escolha – que tem a ver como o processo contínuo de formação das identidades – passa pela seleção de itens lexicais e de formas gramaticais, pela entonação expressiva, pelo gênero discursivo e pelos significados sociais que são colocados a circular em uma dada interação verbal.

Por fim, seja por motivos políticos, sociais, econômicos ou identitários, a língua (“estrutura” e significação) sofre intervenções, intencionais ou não. No âmbito dos sujeitos, é interessante ressaltar a visão de Giddens (2002), que defende a capacidade de escolha como componente essencial da vida cotidiana e contemporânea, especialmente em um mundo que oferece uma gama de possibilidades de opções. Isso resulta, entre outros aspectos, no que o autor (2002, p. 79) chama de *estilo de vida*, ou seja, “um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade”. As pessoas tendem a escolher certo estilo de acordo com as oportunidades e motivadas pela identificação a algum grupo, pela visibilidade de certos padrões, pela influência da mídia e/ou por aspectos socioeconômicos.

O estilo de vida não apenas reflete as diferenças sociais, culturais e econômicas entre os indivíduos e os grupos, mas ele também é responsável pela estratificação e a pluralidade existentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da linguagem* (1929). Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso (1952-53). In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. O discurso no romance (1934-35). In: _____. *Questões de Literatura e de Estética a teoria do romance*. Trad. Carlos Vogt e Eny Orlandi. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998 [1988].
- BRANDIST, Craig. *Mikhail Bakhtin e os primórdios da sociolinguística soviética*. Trad. Carlos Alberto Faraco. In: FARACO, C.A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 67-88.
- BROSTOLIN, Marta Regina. Da política linguística à língua indígena na escola. *Tellus*, Campo Grande-MS: UCDB, ano 3, n. 4, p. 27-35, abril 2003.
- CULLER, Jonathan. *As idéias de Saussure*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Cultrix, 1979.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1973. p. 373-464.
- FARACO, C.A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HEMMER, Jeff. *Language policy, language practice and language attitudes in the early Soviet Union*. Disponível em: <<http://www.cultiv.net/cultiv/index.php?id=651&delete=true&docid=63>>. Acesso em: 5 mar. 2006.
- LÄHTEENMÄKİ, Mika. Da crítica de Saussure por Voloshinov e Iakubinski. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 190-207.
- _____. Estratificação social da linguagem no “discurso sobre o romance”: o contexto soviético oculto. In: ZANDWAIS, Ana (org.). *Mikhail Bakhtin: contribuições para a Filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 41-58.
- LOPES DA SILVA, Fábio. A arbitrariedade que não se encontra. *Letras*, Curitiba, n. 56, p. 291-300, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A diversidade do português brasileiro e seu ensino aos povos indígenas. In: _____. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 37-46.

MINDLIN, Betty. A política educacional indígena no período 1995-2002: algumas reflexões. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v. 1, n. 2, p. 101-140, dez. 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. *Índios urbanos no Brasil*. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística. 2008. Disponível em: <www.ipol.com.br>. Acesso em: 9 mar. 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Resposta aos meus debatedores. In: LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. *A Lingüística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola, 2004.

REZNIK, Vladislava. *Language Policy and Reform in the Soviet 1920s: Practical Polemics against Idealist Linguistics*. Cambridge: 2001 (conferência). Disponível em <<http://www.arts.gla.ac.uk/Slavonic/Epicentre/langpolicy.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix: 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. Lei n. 2.787, de 24 de dezembro de 2003: *Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências*.

SEVERO, Cristine Gorski. *Por uma perspectiva social dialógica da linguagem: repensando a noção de indivíduo*. 2007. 255 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Florianópolis-SC.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. La structure de l'énoncé (1930). In: TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine, le principe dialogique*, suivi de *Ecrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981. p. 287-316.